

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB  
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD  
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB  
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV  
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT  
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

- 1 – ATAS
  - 1.1 – Reuniões de Comissões
- 2 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES
- 3 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA
- 4 – ERRATA



### ATAS

#### ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/2/2018

Às 10h35min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, Luiz Humberto Carneiro, Roberto Andrade e Paulo Guedes (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança da bancada do PT), membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio, Dalmo Ribeiro Silva e Arnaldo Silva. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião desta sessão legislativa. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofícios do Sr. Bruno Selmi Dei Falci, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (3), publicados no Diário do Legislativo em 3/2/2018. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 4.677/2017 é retirado da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprir pressupostos regimentais. O Projeto de Lei nº 4.398/2017 e a Mensagem nº 294/2017 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Luiz Humberto Carneiro, aprovado pela comissão. Após discussão e votação, é aprovado parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.606/2017 (relator: deputado Roberto Andrade). Ausenta-se da reunião o deputado Luiz Humberto Carneiro. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade com as Emendas nº 1 e 2, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.388/2015 (relator: deputado Sargento Rodrigues, em virtude de redistribuição). Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, na forma do Substitutivo nº 1, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.444/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças). Ausenta-se da reunião o deputado Paulo Guedes e registra-se a presença do deputado João Leite (substituindo o deputado Bonifácio Mourão, por indicação da liderança da bancada do PSDB). Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.461/2015 (relator: deputado Roberto Andrade, em virtude de redistribuição). Após discussão e votação, são aprovados os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, na forma do Substitutivo nº 1, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.938/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças, em virtude de redistribuição), 4.655/2017 (relator: deputado Sargento Rodrigues, em virtude de redistribuição) e 4.725/2017 (relator: deputado Leonídio Bouças). Após discussão e votação, são aprovados os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, no 1º turno, dos Projetos

de Lei nºs 4.727/2017 (relator: deputado Leonídio Bouças, em virtude de redistribuição), 4.739, 4.740, 4.821, 4.856, 4.872 e 4.873/2017 (relator: deputado Leonídio Bouças). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 4.731/2017 (relator: deputado Leonídio Bouças) e 4.843 (relator: deputado Roberto Andrade). São baixados em diligência, a requerimento dos respectivos relatores, no 1º turno, os Projetos de Lei nºs 4.556/2017, à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Lima Duarte; 4.742/2017, à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais; 4.773/2017, à Secretaria de Estado de Fazenda; 4.781/2017, à Secretaria de Estado de Administração Prisional e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e 4.845/2017, à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Astolfo Dutra. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 4.077, 4.841, 4.842, 4.852/2017, este com a Emenda nº 1 (relator: deputado Leonídio Bouças, em virtude de redistribuição), 4.849 e 4.850/2017 (relator: deputado Leonídio Bouças); 4.368, com a Emenda nº 1 (relator: deputado Roberto Andrade), 4.424 e 4.689/2017, ambos com a Emenda nº 1 (relator: deputado Roberto Andrade, em virtude de redistribuição). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, são aprovados, cada um por sua vez, requerimentos em que se solicita, nos termos do § 1º do art. 301 do Regimento Interno, ao autor do Projeto de Lei nº 4.834/2017 e à Secretaria de Estado da Casa Civil e das Relações Institucionais do Projeto de Lei nº 4.832/2017, que instruem as referidas proposições com a documentação necessária à sua tramitação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de fevereiro de 2018.

Leonídio Bouças, presidente – Isauro Calais – Hely Tarquínio – Bonifácio Mourão.

#### **ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/2/2018**

Às 15h35min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Jorge, Carlos Pimenta e Doutor Jean Freire, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Jorge, declara aberta a reunião e declara que não há ata a ser lida por se tratar da 1ª reunião desta comissão nesta sessão legislativa. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 11.214/2018, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada audiência pública em Ilícinea para debater a política de prevenção ao uso de drogas do município. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de fevereiro de 2018.

Antônio Jorge, presidente – Léo Portela.

#### **ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/2/2018**

Às 16h7min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Arnaldo Silva e Nozinho, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Antonio Carlos Arantes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da

reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, debater e elaborar o calendário das atividades relacionadas com a competência da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.215/2018, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja realizada reunião com convidados para debater com o 3º-vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Saulo Versiani Penna, o trabalho do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – Cejusc – e a importância da conciliação e mediação na solução de processos e de conflitos;

nº 11.216/2018, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja realizada reunião com convidados para debater as condições de funcionamento das Escolas de Educação Especial do Estado, especialmente quanto ao processo de acolhimento e matrícula de alunos com deficiência, no ano letivo de 2018;

nº 11.250/2018, dos deputados Duarte Bechir e Nozinho, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a criação do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Darlene Ribeiro Lopes, secretária executiva do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Conped; Juanita Godinho, consultora técnica da Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais, representando o presidente; Mariana Rezende Batista, membro da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais, representando a presidente; Michelly Caroline Luiz Pereira de Siqueira, vice-presidente da Comissão em Defesa das Pessoas com Autismo da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais, representando o presidente; Bárbara Carsadale, advogada do Instituto Mano Down; Natália Inês Costa, diretora do Centro Especializado Nossa Senhora da Conceição – Censa – Betim; Cynthia de Lima Prata, assessora do Departamento Jurídico da AsaTea-MG; Maristela B. Mayer Ferreira, presidente da Associação de Apoio à Deficiência Nossa Senhora das Graças – Agraça; Débora Regina Cunha Bordes Escanoela, mãe de pessoa com deficiência; e Sônia de Souza, diretora administrativa e presidente do Núcleo Pessoa com Deficiência do Sinjus-MG; e os Srs. Eustáquio José de Oliveira, coordenador especial de Apoio e Assistência à Pessoa com Deficiência da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania; Alexander Fabian Malheiros, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Conped; Luiz Henrique Porto Vilani, diretor de Política para Pessoas com Deficiência da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; e Leonardo Gontijo Vieira Gomes, presidente do Instituto Mano Down. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de fevereiro de 2018.

Duarte Bechir, presidente – Nozinho – Celise Laviola.



## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

### DISCURSOS PROFERIDOS NA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/2/2018

O deputado Douglas Melo\* – Boa tarde, Sr. Presidente, deputadas e deputados presentes neste Plenário, todos da TV Assembleia, todo o nosso querido Estado de Minas Gerais. Sr. Presidente, a nossa vinda hoje a esta tribuna tão importante é para fazer

a prestação de contas de um trabalho que vem sendo realizado na segurança pública de Sete Lagoas e de toda a região, em mais de três anos do nosso mandato.

Aqui mesmo, nesta tribuna, por várias vezes, os deputados e as deputadas desta Casa me acompanharam fazendo reivindicações para que o governo de Minas olhasse pela nossa região que, por sinal, foi uma das que mais sofreram nos últimos anos com a violência no Estado de Minas Gerais. Para se ter uma ideia, Sete Lagoas, quando assumi o meu mandato de vereador, chegou a ocupar o posto de uma das cidades mais violentas do Estado, estando, às vezes, até em 1º lugar em número de homicídios. Diversas vezes fiz reivindicações aqui pedindo melhora na estrutura das Polícias Militar e Civil, mas sempre tive a certeza, conversando com as polícias e com pessoas ligadas à segurança da nossa cidade, que só haveria um caminho para mudar a estrutura das nossas polícias: a criação e a instalação da 19ª Região Integrada de Segurança Pública – Risp.

O que isso representa e representava para Sete Lagoas naquela ocasião? Sete Lagoas, deputado Leandro Genaro, era comandada pela cidade de Curvelo. Não tínhamos nenhum problema em Sete Lagoas ser comandada por Curvelo, não era uma questão de vaidade. O problema é que Curvelo já tinha um comando muito grande, a 14ª RPM da Polícia Militar. Várias cidades tinham que ser atendidas, e, quando se fazia um concurso da Polícia Militar ou da Polícia Civil, esses policiais iam para Curvelo, para Curvelo decidir quantos policiais teriam que ir para Sete Lagoas e serem distribuídos às cidades da região.

Desde o início do nosso mandato como deputado estadual passamos a cobrar muito do governador Fernando Pimentel, para que a 19ª Risp fosse instalada. Mas as dificuldades eram muito grandes, pois todos estão vendo a situação do Estado de Minas. A crise naquela ocasião era tão complicada como hoje, com o Brasil enfrentando problemas muito difíceis. Mas, graças a Deus, mesmo diante de todas essas dificuldades, o governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, autorizou, no final do ano de 2016, a instalação da 19ª Risp. E o que para muitos parecia ser apenas algo simbólico, ou mesmo uma vaidade, que Sete lagoas não queria ser subordinada a uma cidade menor, acabou apresentando números que nunca aconteceram na história de Sete Lagoas no que tange à queda da criminalidade.

Trouxe aqui, por exemplo, dados do ano de 2017, comparados a dados de 2016. E hoje venho a esta tribuna porque foi aqui que reivindiquei tantas vezes que o governo de Minas tratasse Sete Lagoas e região com o respeito que a nossa região merece. Só para se ter uma ideia, no ano de 2016 houve 67 homicídios consumados em Sete Lagoas; em 2017, com a 19ª Risp já a pleno vapor, o número caiu para 40 homicídios. Homicídios tentados em 2016: 136; no ano passado, 2017, caiu para 87. Roubo consumado, talvez o crime que mais incomoda o cidadão: em 2016 foram 3.220 roubos consumados em Sete Lagoas; em 2017, caiu para 1.902. E está aí o nosso orgulho ao falar que foi a maior queda de roubos no Estado de Minas Gerais. Dos 853 municípios, Sete Lagoas foi a cidade que teve a maior redução no crime de roubo consumado.

Temos uma alegria muito grande ao vir aqui falar desses dados porque vivi na pele esse abandono de Sete Lagoas. Às vezes, como vereador da cidade, realizávamos reuniões da segurança pública, a Polícia Militar junto conosco, e a população reclamando, os comerciantes reclamando, isso lá em 2013, 2014. Falavam: “Chamamos a polícia, e a polícia não vem”. Às vezes a polícia tinha três viaturas para trabalhar numa noite de sábado. Com todo o respeito a todos os deputados desta Casa, mas eu posso falar e afirmar porque sou nascido e criado em Sete Lagoas. O que acontecia em Sete Lagoas era um absurdo – 250 mil habitantes e 3 viaturas da PM! No prazo de um ano Sete Lagoas recebeu mais de 40 viaturas, tanto da Polícia Militar, quanto da Polícia Civil. Parece um número exorbitante. “Mas Sete Lagoas recebeu uma logística tão grande!”. É porque estamos tentando recuperar aquilo que foi perdido ao longo dos anos.

Policiais. De todo o efetivo que se formava em Minas Gerais, Sete Lagoas, às vezes, recebia três, quatro homens. Só no ano passado Sete Lagoas recebeu 45 militares e 27 investigadores da Polícia Civil.

Aí, eu imagino. O deputado Isauro está ali perguntando: “Mas, recebeu tanto?” É só o senhor olhar, deputado Isauro, quanto Juiz de Fora recebeu nos últimos anos, comparado a Sete Lagoas. Infelizmente? Não. “O senhor está dizendo assim porque

não tem informação concreta”. O senhor pode puxar lá, inclusive, tenho dados aqui da Polícia Militar. Não venho aqui para falar que o tratamento de Sete Lagoas está sendo diferente. A queda da criminalidade aconteceu também em toda a 19ª Risp. Só para se ter uma ideia, no ano passado, tivemos uma queda na 19ª Risp, comparado a 2016, de 32,69%. Em Sete Lagoas, foi uma queda exorbitante, de mais de 40%, em roubos consumados.

Quero fazer agora um agradecimento porque, diante de tantas dificuldades, encontrei pessoas que ouviram as necessidades de Sete Lagoas e que passaram a olhar pela cidade, como antes ela era olhada, em se tratando da questão da segurança pública. Primeiramente, quero agradecer ao governo de Minas Gerais, porque, naquela ocasião, era quase impossível o governador criar um novo comando da Polícia Militar, um departamento da Polícia Civil. E a Risp foi instalada, está funcionando e hoje é a que mais registrou quedas em 2017 no quesito roubos consumados.

Também quero agradecer ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, Helbert Figueiró. Por tantas vezes o procuramos, e ele não mediu esforços para nos atender. Quero agradecer ainda, de forma muito especial, ao Cel. André Leão, sempre muito atento. Por várias vezes liguei para ele para contar sobre as questões de Sete Lagoas. E ele, muito atento, conversava com Helbert Figueiró, e mandaram para Sete Lagoas esse aumento do efetivo da Polícia Militar e também as viaturas.

Quero agradecer também o presidente desta Casa, Adalclever Lopes, pela frota de viaturas terceirizadas. Só para se ter uma ideia, deputado Cristiano Silveira, quando saiu o primeiro lote de viaturas terceirizadas no Estado, Sete Lagoas tinha aqueles Paliozinhos pé duro. Ora, Sete Lagoas, uma cidade de 250.000 habitantes, oitava arrecadação, e a polícia andava naquele Paliozinho pé duro, um carro sem direção hidráulica, com motor fraco e que não tinha xadrez. Se lá em Sete Lagoas prendiam um bandido que assassinava no meio da rua, a Polícia Militar tinha de colocar o indivíduo no banco de trás, porque a viatura nem xadrez tinha. Porém, hoje Sete Lagoas conta com viaturas modernas, todas Palio Weekend Locker e também viaturas S10.

Já vou lhe conceder um aparte, deputado Cristiano Silveira. Deixe-me apenas fazer um agradecimento especial ao chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, nosso amigo, Dr. João Otacílio. Quando assumimos o mandato de deputado estadual, se acontecesse um acidente com alguém na região de Sete Lagoas e essa pessoa viesse a falecer, o corpo tinha de ser levado para Curvelo ou trazido para Belo Horizonte, porque nem IML tinha na cidade. Esse era o tratamento dado a Sete Lagoas. E eu falo com todos os deputados aqui, não estou querendo saber mais que ninguém, mas digo isso porque eu vivi. Hoje o IML funciona, e a Polícia Civil de Sete Lagoas tem mais investigadores para trabalharem lá.

Então, quero fazer esse agradecimento aqui à Polícia Militar, ao comandante-geral Helbert Figueiró e também ao amigo Cel. André Leão, que deram tanta atenção para Sete Lagoas e região. Também quero agradecer à chefia da Polícia Civil e parabenizar o Cel. Charles Generoso Baracho, comandante da 19ª RPM; e o nosso chefe de Departamento da Polícia Civil, Dr. Juarez. Quero parabenizar também a tropa da Polícia Militar da 19ª RPM e todo o efetivo da Polícia Civil da nossa região.

O deputado Cristiano Silveira (em aparte)\* – Obrigado, deputado. Apenas quero cumprimentar o público de Sete Lagoas, a Polícia de Sete Lagoas e a sua atuação. Tenho certeza de que V. Exa. foi fundamental para que esses números pudessem, então, chegar a essa razoabilidade. O senhor sempre tem pautado aqui a questão da segurança pública e os resultados já aparecem. Mas quero dizer que não foi só em Sete lagoas. O governo de Minas tem investido em segurança em todas as áreas.

Gostaria de lembrar que agora, em janeiro, o governo entregou 140 novas viaturas à Polícia Militar. Foram emendas da bancada dos deputados federais, que atendeu o pedido do governo de Minas e, posteriormente, entregou mais 51 viaturas à Polícia Civil. No governo Fernando Pimentel foram convocados até os excedentes de peritos, de médicos-legistas e os excedentes de concurso de investigadores, ultrapassando o número de 1.080 novos investigadores. Teremos a publicação em breve – o delegado-geral vai anunciar – do novo concurso para delegado. Sabemos que muitas regiões não têm a presença dos delegados, sem falar das bases móveis. Aqui na Região Metropolitana de Belo Horizonte, são 80 bases novas, o que já melhorou a percepção de segurança nas

regiões onde estão instaladas. Então, ao contrário de outros estados, que, infelizmente, vivem com o drama da segurança pública, Minas Gerais está no caminho certo, em que pesem todos os problemas.

Cumprimento V. Exa., a nossa Polícia Civil, a nossa Polícia Militar e o governo de Minas, que não abriu mão da segurança no Estado.

O deputado Douglas Melo\* – Muito obrigado pelas palavras. Peço desculpas ao nosso deputado Bosco, mas tenho algumas colocações aqui para fazer. Deputados Cristiano e Bosco, para vocês terem uma ideia, o Colégio Militar, que era um sonho dos policiais militares de Sete Lagoas, hoje funciona lá a todo vapor. Um dos colégios mais concorridos para vagas em Sete Lagoas é o Colégio Militar, e conseguimos, junto com o Comando-Geral da Polícia Militar, com o Helbert Figueiró e com o Cel. André Leão, que os filhos dos policiais militares de Sete Lagoas hoje tenham um colégio de grande estrutura, com um ensino de qualidade, para que eles possam ter o aprendizado, e, acima de tudo, conhecer um pouco da hierarquia da Polícia Militar. Foi uma estrutura completamente diferente da que foi montada do início do ano passado para cá. Hoje todas as cidades que compõem a 19ª Risp – Região Integrada de Segurança Pública – têm, no mínimo, deputado André Quintão, uma viatura Weekend Locker. E, depois de mais de 10 anos, cidades como Baldim, Pirapama, Araçai, Funilândia, Caetanópolis, Paraopeba e outras voltaram a ter aumento no efetivo da Polícia Militar e voltaram a ter investigadores da Polícia Civil trabalhando no município.

Faço, mais uma vez, o agradecimento, mas sabendo que o caminho é longo e que a questão da segurança pública é muito complexa. Minas Gerais, principalmente minha região de Sete Lagoas, já ocupou nos jornais de Belo Horizonte, na mídia de Belo Horizonte destaque como uma das regiões mais violentas do Estado. Melhorar a estrutura das polícias é dar dignidade aos policiais.

Quando vejo as imagens da polícia do Rio de Janeiro andando de Voyage sucateado, e os policiais de Minas Gerais, merecidamente, andando em Pális Weekend Locker, em S-10, e, agora, a Polícia Rodoviária nos Renegades, tenho a certeza de que o governo está se esforçando, que o policial, primeiramente, estará seguro, para garantir a segurança do próximo. A caminhada é longa, mas, em Sete Lagoas, com essa queda em roubos, temos a certeza de que a criação da 19ª Risp e a sua instalação foi um acerto, pois foram mais de 40% de queda nos roubos consumados em 2017.

Obrigado, mais uma vez, ao governo do Estado. Obrigado, presidente.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Isauro Calais\* – Sr. Presidente, Sras. e Srs. deputados, funcionários da nossa Assembleia Legislativa, telespectadores da TV Câmara, público presente. Não contestando meu colega de partido, deputado Douglas Melo, mas diferentemente da fala dele, venho a esta tribuna, dizer que fui vereador em Juiz de Fora, por cinco mandatos, e vi de perto o sucateamento da Polícia Militar e da Polícia Civil, nesses 20 anos em que fui vereador em Juiz de Fora e nesses últimos 30 anos.

Venho a esta tribuna repetir o que fiz em 2015, quando aqui assumi, deputado João Leite, falando da segurança em Juiz de Fora e na Zona da Mata, cobrando ações do governo Pimentel em relação às Polícias Militar e Civil para a Zona da Mata, uma região extensa que faz fronteira com o Estado do Rio de Janeiro. Fizemos a mesma coisa em 2016 e, diga-se de passagem, em 2015. O Bianchini, então comandante-geral da Polícia Militar em Minas Gerais, recusou-se a nos receber para tratar da segurança na Zona da Mata e em Juiz de Fora. Ele colocou um coronel adjunto para nos receber na Cidade Administrativa.

Fizemos um encaminhamento pedindo, em 2015, deputado Wilson Batista, policiamento para uma fronteira segura, porque fazemos fronteira com o Estado do Rio de Janeiro e com as UPPs alguns bandidos de lá migravam para Juiz de Fora e para as cidades do entorno, para cidades fronteiriças com aquele estado. Pedimos em 2016. Em 2017, felizmente, o secretário de Segurança Pública de Minas Gerais se dispôs a fazer uma reunião, em Juiz de Fora, com a cúpula das Polícias Militar e Civil. Mas o comandante da Polícia Militar não foi e mandou o adjunto em seu lugar para uma reunião com todos os prefeitos da Zona da Mata, a fim de tratar da segurança nas cidades que fazem fronteira com o Estado do Rio de Janeiro.

Por que venho aqui hoje? Venho a esta tribuna diferentemente do deputado Douglas Melo. Gostaria de estar aqui elogiando o governo por ações a serem tomadas para garantir a segurança do povo de Juiz de Fora e da Zona da Mata. Vejam só, agora haverá a intervenção do governo federal na segurança pública do Rio de Janeiro. Nós, que somos de Juiz de Fora – eu e o deputado Antônio Jorge, que está presente nesta reunião plenária – vimos, no decorrer desses anos todos, a facilidade de entrada de drogas naquela cidade e nas cidades vizinhas, nas cidades pequenas que até então não tinham consumo de drogas. Hoje elas têm tráfico de droga, porque é muito fácil emigrar do Estado do Rio de Janeiro, deputado João Leite, para a Zona da Mata. Há moleques de 13, 14 anos com armas de alto calibre, porque é fácil entrar com armas vindo daquele estado. Agora, com a intervenção federal, todos estamos cobrando. O prefeito de Juiz de Fora cobrou, e o governador se reuniu com a cúpula da Polícia Militar, mas nada adianta – que pena o líder do governo não estar presente –, nada vai adiantar ficar no discurso. Precisamos, deputado Wilson, de efetivo nessas cidades, que estão abandonadas pela segurança. Veja só, quase todas as cidades da Zona da Mata, no entorno de Juiz de Fora, tinham um delegado – São João Nepomuceno chegou a ter cinco delegados. Elas passaram seis, sete meses sem um delegado. Agora chegou um, porque o secretário de Segurança Pública, vendo a dificuldade em que estava a Zona da Mata, transferiu um delegado para São João Nepomuceno. Todas as pequenas cidades tinham um delegado.

Vejam só, há as cidades que fazem fronteira com o Estado do Rio de Janeiro: Santa Rita de Jacutinga, Bocaina de Minas, Passa-Vinte, Rio Preto, Simão Pereira, Chiador, Além Paraíba, Volta Grande, Pirapetinga, Eugenópolis, Palma, Muriaé e Santa Bárbara do Monte Verde. E as cidades perto da divisa, que estão bem próximas daquele estado: Juiz de Fora, que é a capital da Zona da Mata, a maior cidade, a que concentra quase todos os serviços que o cidadão daquela região busca, é uma cidade-referência, uma cidade-polo na Zona da Mata; Miraf, minha terra natal; Mar de Espanha; Maripá; Aventureiro; Leopoldina; Laranjal; Recreio; Senador Cortes; Argirita; Matias Barbosa; Bom Jardim de Minas; Belmiro Braga; Bicas; Lima Duarte; Liberdade; Olaria e Andrelândia. Precisamos de ação no Estado do Rio de Janeiro, precisamos de ação de inteligência das Polícia Militar e Civil naquele estado, de uma ação conjunta com a polícia do Rio de Janeiro, com os interventores do Exército lá.

Mas nós precisamos com urgência de mais viaturas e mais efetivo para essas cidades, para Juiz de Fora, para a Zona da Mata como um todo. Não adianta ficar em um discurso se não tiver homens na fronteira, policiais das Polícias Civil e Militar para impedir a entrada de traficantes e bandidos do Estado do Rio de Janeiro em Juiz de Fora e na Zona da Mata.

Então, venho aqui pedir ao governo de Minas Gerais para que possa, nessa ação em que o governo está preocupado com a intervenção militar no Rio de Janeiro, designar, com urgência, mais efetivo para a nossa Polícia Militar tão gloriosa. Tenho elogiado o trabalho da Polícia Militar em Juiz de Fora, porque sem efetivo, com dificuldade, comandada pelo Cel. Nocelli, pelo Maj. Assunção, que estão dando conta do recado, está trabalhando para manter a ordem em Juiz de Fora. Mas precisamos de mais efetivo para impedir a entrada das armas, da droga e do bandido do Estado do Rio de Janeiro em Juiz de Fora e na Zona da Mata.

Da mesma forma quero elogiar o secretário de Segurança Pública, que tem feito muito por Minas Gerais. Mas não podemos tapar o sol com a peneira. Precisamos de policiais civis, inspetores e delegados em Juiz de Fora e nas cidades do entorno, que compõem a Zona da Mata, que fazem fronteira com o Estado do Rio de Janeiro. É muito simples. Vamos impedir a entrada desses bandidos, vamos mandar policiais para a Zona da Mata e para Juiz de Fora, vamos concentrar o maior número de contingente para impedir a entrada desses bandidos que vão sair do Estado do Rio de Janeiro. Não tenham dúvida, eles vão sair, como saíram no início das UPPs, vieram para a nossa região, e agora vão sair muito mais, porque serão sufocados no Estado Rio de Janeiro e vão procurar uma válvula de escape. E a válvula de escape deles é continuar vendendo droga e armas, que estão chegando em Juiz de Fora e na Zona da Mata, e temos de impedir.

O deputado João Leite (em aparte)\* – Obrigado, deputado Isauro Calais. V. Exa. trata, talvez, do tema mais importante para Minas Gerais nesse momento: a aprovação do decreto do presidente que possibilitou a presença do Exército nas ruas do Rio de Janeiro. Estou com um mapa, e Juiz de Fora está a 150km do centro do Rio de Janeiro, mas está a menos de 100km da Baixada

Fluminense. Estamos falando de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, a violência está toda ali. O Exército estará presente ali. Hoje pela manhã, a Comissão de Segurança Pública se reuniu, e o deputado Sargento Rodrigues já fez um requerimento para ouvirmos os comandos sobre o planejamento. Nunca vi um planejamento só com a Polícia Militar. O governador chamou a Polícia Militar, mas e a Polícia Civil, a Polícia Rodoviária Federal? Vocês têm uma rodovia federal que atravessa Juiz de Fora e toda aquela região. Qual é o contingente de policiais militares de Faria Lima? Não temos contingente.

Deve ser feito um planejamento convocando a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal e o Ministério da Defesa. É isso que estamos fazendo. Já me comuniquei com o deputado Paulo Abi-Ackel, que está em contato com o ministro Jungmann, para que na próxima semana possamos ir a Brasília nos encontrar com o ministro da Defesa. Isso porque ele pode perfeitamente determinar a presença do contingente do Exército Brasileiro que está em Juiz de Fora, em Santos Dumont, em São João del-Rei, o 11º Batalhão. Todos eles podem engrossar esse contingente de segurança na divisa de Minas Gerais. Só a Polícia Militar, apesar de ser grande, tem 853 municípios e mais de 200 distritos para se fazer presente. Nós precisamos chamar os responsáveis. Quem são? Quem tem atribuição da rodovia federal? Polícia Rodoviária Federal. Esse decreto deve ser estendido para a divisa com Minas Gerais, senão, neste momento, já podem estar passando criminosos na BR-040, e temos apenas um policial rodoviário federal naquela casinha, e não vai abordar ninguém.

É urgente. Parabéns pela sua manifestação em favor de Juiz de Fora e de toda região e em favor de Minas Gerais.

O deputado Isauro Calais\* – Muito obrigado, deputado João Leite. Estarei presente nesta reunião com o ministro Jungmann, porque não tenho dúvida em afirmar que é fundamental que haja o envolvimento de todos: dos governos do Estado do Rio Janeiro e de Minas Gerais e, obviamente, do governo federal. Precisamos, sim, garantir, neste momento de intervenção, a segurança dos mineiros de Juiz de Fora e da Zona da Mata. Portanto é fundamental essa segurança.

V. Exa., deputado João Leite, falou da BR-040. Já fui ao Rio de Janeiro centenas, milhares de vezes talvez, e nunca fui parado numa *blitz* naquela rodovia. Nunca, nunca, nunca, nunca! Isso porque não há uma política de fronteira efetiva entre Minas Gerais e Rio de Janeiro. Cheguei aqui em 2015 cobrando essa divisa segura. Cobrei em 2016. Fizemos um encontro muito grande em Juiz de Fora em 2017, mas é preciso que essa fronteira segura, principalmente agora com a intervenção do governo federal na segurança pública do Rio de Janeiro, aconteça de fato, com designação de mais policiais, mais inspetores para a Polícia Civil, além de mais delegados e mais policiais militares para que, de fato, possamos garantir a segurança do nosso povo mineiro.

Muito obrigado pela intervenção, pelo aparte, deputado João Leite, e aos deputados que se fazem presentes nesta importante reunião da Assembleia Legislativa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Bonifácio Mourão\* – Sr. Presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, distinto colega e amigo deputado Hely Tarquínio, Sras. e Srs. Deputados, o que nos traz a esta tribuna são declarações recentes do senhor governador do PT, Fernando Pimentel, publicadas na imprensa mineira, principalmente no jornal *O Tempo*, quando ele, a exemplo do que gosta muito de fazer o PT, põe culpa nos governos passados pelo fracasso do presente. O governo Fernando Pimentel está totalmente fracassado, descontrolado, desarvorado, não há obras, está com atrasos com os servidores públicos, dando calote nos municípios de Minas Gerais de modo geral, na área do IPVA e do ICMS, bem como do transporte escolar, do repasse da assistência social. Enfim, foram tantos outros calotes, sobretudo na área da saúde, que chega a R\$2.500.000.000,00 de atraso de repasses para os municípios. Tudo isso é culpa do governo Pimentel, um governo desarvorado, mas que, como habitualmente fazem os governos do PT, põe culpa nos governos anteriores. Ora, o governo Pimentel já está caminhando para o seu último ano de mandato, já está completando quase quatro anos de mandato e ainda fica pondo culpa nos governos passados pelos seus permanentes erros grosseiros do presente.

Entre outras coisas, vem o governo Pimentel, deputado João Leite, e fala que, na Cidade Administrativa, foram gastos R\$2.000.000.000,00, o que não é verdade, e que ela não presta nenhum serviço a Minas Gerais. Fala que o governo poderia estar no



Palácio da Liberdade ainda e que todas as secretarias que havia antes poderiam estar espalhadas. O deputado João Leite me lembrava de que, quando ele era secretário do Desenvolvimento Social e Esportes, a secretaria era na Praça da Liberdade e as subsecretarias, cada uma num canto diferente. Da mesma forma nos lembramos, deputado João Leite, de que a Secretaria da Saúde, na época, era na Floresta. Não é isso, deputado Antônio Jorge? Era na Floresta. A Secretaria da Educação era na Gameleira; a da Ciência e Tecnologia, na Avenida José Cândido da Silveira, na saída para Governador Valadares. Quem sabe era mais próxima de Governador Valadares do que do Centro de Belo Horizonte, e assim tantas outras. Vieram os governos Aécio Neves e Anastasia, e Aécio construiu a Cidade Administrativa.

Ali se concentram as secretarias, o funcionalismo de modo geral, o povo que vem do interior – prefeitos, lideranças, vereadores –, enfim, todas as pessoas que vêm procurar o centro do governo do Estado de Minas Gerais o encontram na Cidade Administrativa. Antes não; antes tinham de sair para diversas partes de Belo Horizonte, o que, aliás, tumultuava o trânsito da cidade. A construção da Cidade Administrativa não resolveu somente o problema administrativo do governo de Minas Gerais, prestigiou também o Vetor Norte, e esse foi um dos seus maiores objetivos. Todos sabemos que Belo Horizonte se desenvolvia na direção de São Paulo, no Vetor Sul. Ao se construir a Cidade Administrativa, e praticamente reconstruir o Aeroporto de Confins, como foi feito em nossos governos, aí, sim, o Vetor Norte virou outra coisa. Podemos falar em Venda Nova, em Vespasiano, em Lagoa Santa e em tantas outras cidades do Vetor Norte. Esse foi o objetivo, no entanto isso não é lembrando pelo governo. Por que a Cidade Administrativa foi construída, tem de atrasar o repasse aos municípios mineiros de modo geral, dar calote, não pagar a área da saúde, não repassar o IPVA, não repassar o ICMS? Apropriação indébita. Culpa? Do governo anterior, é hábito do PT falar isso.

Anotei alguma coisa para lembrar aos colegas e ao povo do Estado de Minas Gerais. Parafraseando o governo do faz de conta, problema a gente resolve é falando a verdade, com ações efetivas, com gestão e muito trabalho. O governo do faz de conta tenta enganar a população. Um governo que não construiu em Minas um muro de arrimo em quase três anos; ao contrário, implodiu todos os avanços conquistados em Minas nos últimos anos. Pimentel destruiu o equilíbrio das contas públicas, criando um rombo nos cofres públicos. No ano passado, o rombo criado pelo PT chegou a R\$9.076.000.000,00, segundo o relatório de gestão fiscal do governo que foi publicado neste ano. Tirou a tranquilidade que os servidores tinham de receber seus salários no quinto dia útil, o que acontecia quando o PSDB e partidos aliados governavam Minas. Com Pimentel, o pagamento é feito em três, quatro parcelas, como está acontecendo agora em fevereiro. O governador petista deixa os servidores sem 13º-salário no Natal, deixa os servidores sem salário no Carnaval. E cortou o prêmio por produtividade que era pago até 2014. Com Pimentel, Minas perdeu o título de bom pagador conferido por agências internacionais até 2014. Nem os 11 hospitais regionais que estavam sendo implantados no final de 2014 Pimentel teve a dignidade de concluir, como prometeu; pelo contrário, paralisou e atrasou as obras, prejudicando milhares de pessoas. Sem falar que não repassa o dinheiro da saúde para os municípios, deputado Antônio Jorge. A dívida só nessa área é de quase R\$2.500.000.000,00. E dá calote também nos recursos do ICMS, do IPVA, do transporte escolar. Aliás, já fiz dois pronunciamentos sobre essa questão.

Na educação, Pimentel roubou dos mineiros a liderança no ensino fundamental que mantinha desde 2009, nos anos iniciais e nos anos finais. Em 2015, Minas caiu do 1º para o 2º lugar nos anos iniciais do ensino fundamental; para 5º lugar nos anos finais – era o 3º – do ensino fundamental; e de 4º para 7º lugar no ensino médio. Sem falar na rasteira nos professores, o que é lastimável. Pimentel enganou os professores com a promessa de campanha de reajustar os salários anualmente. Já são dois reajustes aprovados pelo MEC e que não foram concedidos pelo governador para os professores em Minas. Cadê o aumento de 7,64% dos professores que entrou em vigor em janeiro de 2017 – deputada Ione Pinheiro, V. Exa. é da área, onde tem boa raiz –, portanto há mais de um ano, governador? E, em janeiro deste ano, houve mais aumento aprovado pelo MEC, desta vez de 6,81%, mas os professores de Minas não o receberam. Nenhum dos dois. Vocês estão sendo enganados por Pimentel, senhoras e senhores professores.

Desafio o governador do faz de conta – é claro, se ele não estiver muito ocupado, tentando achar defesa para ele e os sete amigos do governo investigados – a vir à Assembleia Legislativa para compararmos as gestões anteriores com a do faz de conta que aí está. Comparar uma gestão com a outra, ou seja, as anteriores e esta de agora. Faz de conta que governa, faz de conta que paga aos professores, faz de conta que tem governador em Minas. Era uma vez o PT...

Um governo tão ruim que tenta atacar a construção da Cidade Administrativa, obra que mais trouxe economia para o Estado, dizendo que o dinheiro da Codemig poderia ter sido usado em outras áreas. Só para lembrar, em cinco anos, a Cidade Administrativa gerou uma economia de mais de R\$700.000.000,00 para os mineiros, dinheiro aplicado na saúde, na segurança e na educação.

Ah, e por falar na Codemig, empresa que o governo quer vender, os petistas criaram lá algo inédito. Os mineiros pagam aos diretores uma “bolsa advogado” de R\$350.000,00. Ou seja, está liberado! Fez coisa errada, os mineiros pagam a defesa, a defesa de quem fez errado. Para isso, não falta dinheiro, assim como não falta para pagar salários gordos aos seus companheiros e aos secretários que ganham até R\$100.000,00 por mês. E por falar em empresas, o PT conseguiu outra façanha: quebrar a Cemig! Transformou a empresa em um imenso cabide de empregos. Governador do faz de conta, gostaria de saber onde o senhor e o seu governo trabalham. Dizem que é na Praça da Liberdade. Trabalham? Onde está o resultado do seu trabalho? Onde estão as obras?

Gostaria, deputado João Leite, com a presença de V. Exa., exemplo que é de evangélico, lembrar aqui Levítico, capítulo 19, versículo 13, quando diz assim: “O salário do teu operário não ficará contigo até o dia seguinte”. Os municípios são operários da Pátria e do Estado. Os municípios são as nossas células. Na medida em que os municípios se desenvolvem, o Estado e a Pátria se desenvolvem. Mas com um governo como este, dando calote nos municípios e ficando com o dinheiro, como os municípios, operários do Estado e da Pátria, se desenvolverão? Como os nossos prefeitos se justificarão perante os cidadãos que os procuram a toda hora?

Com muita honra, concedo um aparte à ilustre amiga deputada Ione Pinheiro.

A deputada Ione Pinheiro (em aparte)\* – Primeiro, quero cumprimentar o deputado Dalmo, nosso presidente em exercício, de parabenizar V. Exa., Mourão, que está sempre defendendo os mineiros. Parabéns pela garra! Minas reconhece o seu trabalho. Com certeza, V. Exa. faz falta não só nesta Casa, mas também em Minas, nessa defesa.

Gostaria que, neste momento... Faço parte também da Comissão de Educação. Ouço V. Exa. dizer aqui que ele enganou, sim, os professores. Mas ele enganou foi todos os mineiros. É vergonhoso que o nosso governador, o governador do PT, tem sido um verdadeiro picareta. Ter a coragem e a cara de pau de entregar um milhão de *kits* escolares, que, infelizmente, não chegaram a todos os alunos. Mas nem precisam chegar, porque isso é vergonhoso. Um *kit* com dois cadernos universitários, um bloco de desenho e um mapa de Minas Gerais é falta de respeito com a nossa educação. E ainda tem a cara de pau de dizer, nesse *kit*, que a prioridade em Minas Gerais é a educação. Olha, que governador é esse que não cumpre com o reajuste dos trabalhadores da educação e está deixando que falem cadeiras nas escolas, deputado Dalmo? Estão faltando cadeiras nas escolas. Tenho visitado as escolas e tem havido denúncias. Neste ano... Hoje mesmo, na parte da manhã, eu visitava uma escola... É vergonhoso e uma falta de respeito com cada mineiro e com cada estudante que recebe um *kit* dessa natureza. Essa é uma falta de respeito com a educação e o povo mineiro. Minas merece mais. Minas merece respeito. O povo mineiro merece dignidade. Precisamos, sim, todos juntos, nesta Casa, apurar o que esse governador tem feito com Minas Gerais. Há calote nas prefeituras e uma falta de compromisso muito grande com a saúde. Temos visto a luta do Ipsemg, da Santa Casa e de todos os hospitais de Minas Gerais. Obrigada, deputado.

O deputado Bonifácio Mourão\* – Obrigado, deputada Ione Pinheiro. Gostaria só de acrescentar e de lembrar, deputado Dalmo Ribeiro – V. Exa. que nos preside e que estava presente no movimento do sindicato, em frente ao Ipsemg –, de exatamente pedir, fazer um apelo ao governo do Estado para socorrer o Ipsemg e parar de dar calote também. As clínicas não estão atendendo, vários hospitais estão fechando, vários convênios não estão sendo cumpridos. Foi o apelo do qual V. Exa. participou, em nome de todos os deputados da oposição. Estamos solidários com esse movimento e com todos os servidores e as clínicas do Ipsemg.

Gostaria também, deputado Carlos Pimenta, de lembrar aqui o que o governador Pimentel teve a coragem de publicar, hoje, no *Minas Gerais*, o que ele gastou com a folha de pagamento dos servidores públicos, no ano passado. Gastou, em 2017, R\$32.000.975.761,00. Poderia ter gastado R\$33.000.104.144,00. Vale dizer, faltando apenas R\$29.000.000,00 para estourar a Lei de Responsabilidade Fiscal. O teto máximo, incluindo gastos com servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, é 60%. O governo Pimentel já chegou a 59,76%. Está no auge do limite. Ainda assim, está no jornal *O Tempo* de hoje prometendo conseguir R\$5.000.000.000,00 de recursos da dívida ativa para serem vendidos na bolsa, sob a alegação de que vai pagar com esse dinheiro o que deve aos municípios e aos servidores. Ora, essa alegação só não é tão demagógica quanto aquela feita, em dezembro do ano passado, quando o governo Pimentel disse que ia pagar a dívida dos municípios com o que receberia da Lei Kandir. Lembro que entre os deputados que protestaram – eu fui um deles – estava ali o presidente da Associação Mineira dos Municípios, prefeito Gilvan Lacerda, na galeria, ouvindo os nossos pronunciamentos, quando o governo cometeu o deslante de dizer que ia pagar aos municípios com o dinheiro que recebesse da Lei Kandir, o que pode demorar de 50 a 80 anos. Agora, está dizendo que vai pagar com o dinheiro que receber da venda de títulos podres. Para ele receber esse dinheiro da dívida ativa e colocar na bolsa para a venda, depende de autorização da Comissão de Valores Mobiliários, do Congresso Nacional – foi aprovado na Câmara e no Senado, mas tem de voltar para ser aprovado na Câmara – e do Banco Central. É mais um calote anunciado. Muito obrigado.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Doutor Jean Freire\* – Sr. Presidente, caros colegas, caros telespectadores da TV Assembleia, servidores desta Casa, geralmente, quando subimos a esta tribuna é para falar de um assunto com o qual a oposição concorda e nós da base não, ou vice-versa.

Subo aqui, agora, para tratar de um assunto ou de uma pessoa que, com certeza, é unanimidade, sempre foi, nesta Casa. Quero falar aqui da grande amiga, companheira de partido Maria José Haueisen Freire. Peço desculpas pela emoção. Com ela, vocês daqui da Casa tiveram um convívio como deputada, como colega de bancada, de partido, de minoria, enfim, como colega de todos vocês daqui, respeitada por todos. Fico feliz em ver as manifestações de todos para com a querida amiga Maria José.

Tive a felicidade, Sr. Presidente, de conhecer a Maria José quando tinha 13, 14 anos. Se hoje eu sou médico, é porque quatro pessoas me ajudaram. Uma delas eu perdi no final do ano, o Pe. Felice, que foi quem me apresentou a Maria José. Todo mês ela ajudava a pagar a minha faculdade. Tive os estudos custeados por essas pessoas que só me pediam uma coisa, deputado João Leite e demais presentes: “Volte para a região de onde você veio.”

Eu votei na Maria José a minha vida inteira, pedi voto para ela quando eu ainda nem votava, percorri muitas casas, muitos lugares montado numa bicicleta para pedir voto para aquela companheira em quem eu acreditava. Ela desenvolveu a sua carreira de deputada e de professora com muita ética, muito valor. Mais tarde, também tive a felicidade de tê-la como madrinha do meu casamento. Aprendi muito, muito, muito com a Maria José. Guardo muitas histórias que ela me contava. No último dezembro, estive na sua casa em Teófilo Otôni – sempre que ia à cidade eu a visitava – e conversamos muito. Depois de mais de uma hora e meia de conversa, quando fui me despedir, ela disse: “Jean, não vai não! A conversa está tão boa”.

Vi tantos servidores hoje no Salão Nobre, desde os mais simples, companheiros dos serviços gerais que fazem tão bem a limpeza dos nossos gabinetes, e ouvi um deles dizer que ela sempre chegava e perguntava: “E aí, companheirinha, como vai?” Outro companheiro disse: “Ninguém pode falar ‘isso’ da Maria José.” E eu respondi: eu posso falar isso dela, posso falar muito dela. Conheci a outra face. Quando sonhei em estar junto a vocês, em ser um legislador, criei uma caravana que permanece até hoje, chamada Caravana Pé na Estrada. Talvez no meu subconsciente estivesse guardado esse nome, porque o jornalzinho da Maria José se chamava *Pé na Estrada*. Eu o recebia na minha casa. Ela prestava contas nele. Certa vez ela me disse que um deputado chegou para ela e disse: “Maria José, você está me colocando numa situação complicada. Depois que veio para cá, você inventou esse negócio de visitar as bases, e agora os eleitores ficam nos perguntando por que não fazemos como você”. Em dezembro, quando contava para ela

a minha trajetória de sair do Vale toda segunda e voltar toda quinta e sexta, ela falava: “Jean, eu fazia isso. Eu saía, vinha de carro para Teófilo Otôni, rodava a região e voltava.”

Alguns pensam que ela não teve filhos. Mas ela teve. Eu sou um deles. Tive a felicidade de ter três mães: a minha amiga D. Raquel, que também ajudou a pagar os meus estudos e mora aqui em Belo Horizonte; minha querida mãe, que está com 85 anos; e a Maria José. Eu a tinha como mãe. Ontem, quando cheguei a Belo Horizonte e recebi essa triste notícia, dirigi-me ao hospital para ficar com ela naquele momento.

Espero que todos nós possamos levar um pouquinho da companheira Maria José. Ela deixa um legado de uma grande professora, de uma grande amiga e de uma pessoa que lutava por toda Minas Gerais, mas, principalmente, pelos mais pobres, pelos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, entrando em todos os lugares, indo às comunidades. Que possamos levar isso da nossa companheira, que possamos dizer muito dela, não este tantinho, que possamos falar muito dela, meus amigos.

Mourão disse aqui que dessa vida deixamos amizade. E é verdade. Sou daqueles que pensam que, quando acaba o processo eleitoral, temos de focar e direcionar os nossos esforços para o nosso estado, para as bandeiras que defendemos. Amanhã estarei lá em Teófilo Otôni para ficar mais um pouco com ela, com os amigos, que, com certeza, daqui a pouco viverão em Teófilo Otôni uma grande emoção, uma grande comoção, Sr. Presidente, porque essa mulher marcou história. Maria José não viveu da política, mas viveu para a política. É diferente. Ela não vivia da política, mas para a política. Ela cumpria a mais pura expressão da palavra “política”, que, para mim, é um dom que vem de Deus para quem quer fazer o bem comum. Para mim, política é isso.

Espero poder ser, sim, um pouquinho dela, e direcionar um pouquinho dos meus trabalhos para isso. Já procuro muito me inspirar na companheira Maria José. Ela trouxe e trará sempre em seu nome o que há de mais puro na expressão da palavra “Maria”: mulher de garra, guerreira. Por isso, Sr. Presidente, sempre que vou a Teófilo Otôni ou a toda região faço questão de citar o nome da companheira e amiga. Hoje mantemos um projeto que ajuda jovens a estudar, não porque o deputado é bonzinho, mas porque alguém fez por mim, e estou devolvendo à sociedade aquilo que ela e outros fizeram por mim. Porque só formando uma grande corrente seguimos adiante. Por isso sempre vou dizer, para terminar minha fala – e lhe agradeço por ter me concedido mais alguns minutos –, para onde eu for, onde eu estiver, sempre direi: Maria José Haueisen Freire, presente!

\* – Sem revisão do orador.

#### **DISCURSOS PROFERIDOS NA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 21/2/2018**

O deputado Emidinho Madeira \* – Boa tarde, Mesa e colegas deputados. Gostaria de parabenizar a Cooxupé, que está fazendo a abertura da Femagri. Desejo sucesso à cooperativa e bons negócios a todos os cooperados, que movimentam a economia da nossa região. É a maior cooperativa de café do mundo. Tudo que pudermos fazer para o produtor rural ainda é muito pouco diante do que ele faz para o nosso país. Carrega-o nas costas, bem como o Estado e os nossos municípios. Hoje é a abertura da Femagri. Não pude me fazer presente, mas quero desejar bons negócios e boa sorte a todos.

Gostaria também de fazer um agradecimento especial a todas as comissões do Hospital Regional do Câncer de Passos. No domingo passado realizamos o 12º Encontro das Comissões do HRP, com mais de trinta comissões presentes. Em 2010, quando inauguramos o hospital, tivemos 26 mil atendimentos; em 2017, 128 mil. As comissões, em 2017, arrecadaram R\$5.500.000,00. Essa arrecadação é fruto de dinheiro de cavalgada, leilão de gado, Bola e Viola, almoço beneficente e campanha do café. Se não fosse esse dinheiro, não estaríamos tratando o povo da nossa região; o Sul de Minas estaria ainda se tratando em Barretos, no Estado de São Paulo, na Unicamp, em Campinas, em Ribeirão Preto. Hoje os pacientes são tratados em Passos. Temos a cura perto de nós.

Assim, parablenizo toda a irmandade da Santa Casa, na pessoa do Dr. Vivaldo, que é o provedor; do Daniel, que é o diretor administrativo. Cumprimento e agradeço muito toda a Santa Casa pela gestão e pelo tratamento humano que dispensa aos pacientes de

nossa região. Agradeço muito ao povo, mas, se não houvesse gestão, seriedade, um compromisso com o povo, essas campanhas não arrecadariam o que estão arrecadando. Então, muito obrigado à Santa Casa de Passos por tudo que tem feito e contribuído com toda a nossa região. Foram 128 mil atendimentos em 2017 no Hospital do Câncer. Se não fosse o povo contribuir e se não houvesse o trabalho de todas as comissões, não sei o que seria de nós.

Gostaria também de falar de segurança aos nobres colegas deputados. Esse problema é muito sério em todas as regiões do Estado de Minas Gerais. Desde 2012 não há concurso para delegado. Às vezes, cobramos muito das polícias, mas, talvez, elas não têm condições de desenvolver o trabalho. Falta delegado, investigador e viaturas. Ontem tivemos uma reunião com o Dr. Gustavo, da Polícia Civil. Agradeço a ele, bem como a toda a equipe da Polícia Civil, por ter nos recebido tão bem. Há muitas cidades da nossa região que estão fora de controle, descobertas. Pedi a atenção deles para Jacuí, que é uma comarca que não tem delegado e investigador. Isso não pode. Em São José da Barra falta efetivo da Polícia Militar. Há um momento da noite que fica descoberto. Temos problemas também em Itaú de Minas, em Cássia, em Campestre e Campos Gerais. São problemas sérios. Então, precisamos de uma atenção tanto dos colegas aqui como dos governos, dos delegados. Haverá um concurso para delegado com 76 vagas. Acho que esse concurso tem de ser realizado todo ano. Como ficam cinco anos sem fazer concurso para esse cargo? Hoje eles trabalham com a metade do efetivo de delegados que é necessário. Numa cidade sem delegado, sem investigador, nada anda; tudo acontece se fica ao deus-dará.

Lá em Nova Resende construímos com a comunidade uma sede para a Polícia Civil e a Polícia Militar. Agradeço muito o apoio e o esforço do prefeito e de toda a comunidade. Vamos construir também agora em Monte Belo. Em parceria com o prefeito, vamos construir em Guaxupé uma delegacia regional. Vamos adaptar um colégio e transferir a delegacia para ele. Já estamos indicando R\$100.000,00 de ajuda, mas todos precisamos dar atenção para a segurança, todos nós. Os delegados que vão prestar esse concurso, os investigadores que serão entregues agora em abril têm de saber que, se vão para o Sul de Minas é para trabalhar no Sul de Minas, não é para voltar para Belo Horizonte. Fazem concurso, vão para o Norte de Minas, para o Sul de Minas, depois fica cheio de pedido político para voltar para Belo Horizonte. Vai se amontoando investigador e delegado aqui na capital e ficamos descobertos no Sul de Minas, nas matas de Minas, no cerrado. Tem de haver delegado e investigador em todas as regiões de Minas Gerais. Às vezes aqui está sobrando enquanto lá estamos descobertos.

Queria pedir apoio de todos os colegas desta Casa para cobrar, queria pedir aos líderes do governo para se sentarem com o governo – estão abrindo 76 vagas para delegado – e marcar um próximo concurso. O que vamos fazer com 76 delegados, se estamos há cinco anos sem concurso? Precisamos dar condição de trabalho ao delegado regional da nossa região. O Dr. Bráulio faz um excelente trabalho, o Dr. Paulo Queiroz, o Dr. Tiago, o Dr. Marco, em Guaxupé, o delegado regional de São Sebastião do Paraíso, todos lutam e fazem um bom trabalho. Mas se não há condição, como vai se desenvolver um bom trabalho? Se não há delegado, se não há investigador, se não há viatura? Queria pedir atenção do governo com a nossa região. Peço a esses delegados do concurso que não voltem para a capital. Peço isso também aos investigadores, que estão se acumulando em Belo Horizonte, porque são daqui, a família é daqui, pois estamos precisando e estamos descobertos.

Para encerrar, queria agradecer a todos os colegas. Ontem estávamos colhendo assinaturas e mais de cinquenta deputados assinaram conosco. Estamos criando a Frente Parlamentar em Defesa de Furnas. Somos contra a privatização de Furnas, pois há 60 anos já correram lágrimas na nossa região. Quantas famílias ficaram divididas? Uma ficou do lado de lá da represa e a outra, do lado de cá. Quantas terras foram inundadas? Quanto já investiram os produtores, o turista e os pescadores na nossa região? Agora o governo federal quer vender Furnas, e por um preço muito longe do da realidade. Foram mais de R\$400.000.000,00 investidos em Furnas e estão vendendo por R\$20.000.000,00, o que está muito fora da realidade. E se o grupo que comprar Furnas não tiver esse trabalho social, como o Luz para Todos? Há muito trabalho social. Há muitas entidades, hospitais e pediatria na nossa região. Furnas ajuda os projetos sociais da nossa região com mais de R\$5.000.000,00 todo ano. Não sabemos para quem vai vender. E há os

ossos produtores rurais, que precisam da água na nossa região. Há muita riqueza lá. E se vendermos e vier um grupo que não tem trabalho social, que não se interessa em ajudar o produtor rural? Não sabemos o dia de amanhã. E se ficarmos comendo na mão dos outros, de quem nem conhecemos?

Vamos marcar uma audiência pública, já autorizamos o requerimento ontem. Conto com o apoio de todos os colegas. Estamos fazendo um movimento desde novembro, já nos reunimos em novembro e dezembro, em São José da Barra, com o prefeito e todas as lideranças, foram os prefeitos e os deputados da nossa região, o sindicato e servidores de Furnas. Fomos a Brasília em duas ou três reuniões. Participamos da frente parlamentar com o deputado Leonardo Quintão lá em Brasília. Estamos nos mobilizando, convidando a bancada mineira na Câmara dos Deputados para defender Furnas. Não vamos deixar privatizar Furnas.

No governo Itamar Franco houve uma queda de braço muito grande, mas o governo, os deputados da época e mais de 50 prefeitos da nossa região se mobilizaram, deram conta e não deixaram privatizar. Privatizaram muitas empresas e deu certo, mas Furnas pode não dar. Furnas abrange muita coisa na nossa região, o pecuarista, o produtor rural, o turismo e a pesca. Peço o apoio de todos os colegas em defesa de Furnas. Não vamos deixar privatizar Furnas.

O deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)\* – Pedi aparte a V. Exa. primeiramente para cumprimentá-lo pelo brilhante discurso em defesa da agropecuária e aproveitar a oportunidade para agradecer ao Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – Crefito – os cumprimentos por uma lei de nossa autoria – Projeto de Lei nº 11/2015, atual Lei nº 22.927 –, que foi sancionada pelo governador do Estado em janeiro de 2018. Essa lei garante às pessoas que perdem a fala de forma irreversível – pessoas que não têm sua voz recuperada após doença nas cordas vocais ou qualquer outra doença que as impede de falar – o direito de serem consideradas com deficiência e terem acesso aos benefícios concedidos pelo Estado. Essa lei traz um ganho importantíssimo para a qualidade de vida dessas pessoas, que antes tinham de passar por diversos médicos para conseguir relatórios e ter acesso a esses benefícios. A partir dessa lei de nossa autoria, essas pessoas têm acesso automaticamente aos benefícios concedidos pelo Estado.

O Crefito reconheceu a importância dessa nossa lei e nos enviou um ofício por meio do seu presidente Anderson Luís Coelho. Quero deixar aqui o nosso agradecimento a essa pessoa, que disse: (– Lê:) “A referida aprovação reflete a importância de dar visibilidade aos indivíduos cuja deficiência não era reconhecida, de forma a permitir que eles usufruam dos benefícios concedidos pelo Estado, além de reconhecer a promissora carreira política e o belo trabalho parlamentar desenvolvidos por V. Exa., honrando o povo mineiro na Assembleia Estadual de Minas Gerais”.

Portanto, gostaria de deixar aqui o nosso agradecimento ao Anderson Luís Coelho, presidente do Crefito em Minas Gerais, que está reconhecendo a importância dessa lei para as pessoas que perdem a fala. Muito obrigado.

O deputado Léo Portela (em aparte)\* – Obrigado. Sr. Presidente, deputadas e deputados, estou aqui, nesta tarde, para manifestar o meu repúdio e lamento e a minha indignação com a postura da Belotur, empresa pública de turismo em Belo Horizonte e uma das patrocinadoras do Carnaval.

A Belotur patrocinou um bloco chamado bloco do abacaxi, que tem a bandeira LGBT. Até aí, tudo bem. Cada um tem o direito de manifestar a sua opinião da forma como quiser. Mas esse bloco foi além e usou a liberdade de expressão e a luta pelos direitos LGBTs para causar transtornos nas igrejas de Belo Horizonte, mais especificamente na região do Barro Preto.

A liberdade de expressão, Sr. Presidente, não pode ser usada como salvo-conduto para a prática delituosa. Eles praticaram crime de ódio e vilipêndio. Da Primeira Igreja Batista até a Igreja Batista do Barro Preto, que foi o percurso do bloco do abacaxi, todo tipo de vilipêndio à igreja aconteceu. Vimos ali que fiéis foram impedidos de entrar no culto, fiéis foram impedidos de exercer a sua fé por conta de um bloco patrocinado pelo dinheiro público para praticar delitos em Belo Horizonte.

Portanto, fica aqui o meu lamento e repúdio e a minha indignação com o que a Belotur, empresa pública de turismo de Belo Horizonte, fez com o dinheiro público, praticando vilipêndio e crime de ódio em frente à Igreja Batista do Bairro Preto e à Primeira Igreja Batista de Belo Horizonte, ao patrocinar o bloco do abacaxi. Muito obrigado.

O deputado Emidinho Madeira\* – Agradeço a atenção de todos.

\* – Sem revisão do orador.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 19/2/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 17/2/2018, que exonerou Flávia Carolina Costa, padrão VL-28, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva;

exonerando Célia da Consolação Ferreira Cadetti, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

exonerando Luciana Soares de Barros Alcantara, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Doutor Jean Freire;

exonerando, a partir de 23/2/2018, Rita de Cássia Knupp Pettersen, padrão VL-52, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Antonio Carlos Aguiar, padrão VL-41, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor;

nomeando Bibiana Stohler Sabença de Almeida, padrão VL-29, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Rogério Correia;

nomeando Gilson de Souza, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Henrique Sales Silveira, padrão VL-57, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Luiz Carlos Amaro Mamede, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Silvio Henrique Beletabla Bravo, padrão VL-11, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Sargento Rodrigues;

nomeando Vanessa Silva Prado, padrão VL-57, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.



## ERRATA

### PROGRAMA ASSEMBLEIA CULTURAL

#### PROJETO SEGUNDA MUSICAL

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 25/1/2018, nas páginas 17 e 18, sob o título “RELAÇÃO DE INSCRITOS NÃO HABILITADOS”, acrescentem-se, ao final da tabela, as seguintes linhas:

“Albert Andrew de Jesus	70971	Proposta não atende ao item 4.7 do edital: “É facultada a um mesmo candidato a possibilidade de se inscrever em até duas formações, sendo uma individual e uma participação em grupo.”
Alef Caetano Silva	71031	Proposta não atende ao item 4.7 do edital: “É facultada a um mesmo candidato a possibilidade de se inscrever em até

		duas formações, sendo uma individual e uma participação em grupo.”
Daniel Menezes Ludolf Tamietti	71085	Proposta não atende ao item 4.7 do edital: “É facultada a um mesmo candidato a possibilidade de se inscrever em até duas formações, sendo uma individual e uma participação em grupo.””